

«Bizarrias» académicas

Incluir o combate ao plágio numa estratégia de honestidade do estudante perante os outros contribui certamente para o reforço da ética



Carlos Pimenta

Os dicionários são implacáveis para com o plágio: “a apropriação, por um autor, de pensamentos, imagens e frases de qualquer outro, sem lhes dar, nem ao todo em que estão inseridos, um cunho pessoal, sendo que este cunho justifica as apropriações.”, “apropriação *ou* cópia de trabalho alheio (...) sem indicação da verdadeira origem”, “roubo literário ou científico”.

As instituições universitárias também o são, como é verificável pela quantidade de reprovações daí resultantes, do conteúdo dos códigos de ética existentes, da quantidade de programas informáticos utilizados para a sua detecção automática. Quando alguém fala em «fraude académica», quase automática e imediatamente surge no nosso cérebro o «copianço», mas este é diferente do plágio porque há inequívoca vontade de ludibriar. Pode haver na academia muitos tipos de fraude (como em qualquer organização, da falsificação de documentos contabilísticos à corrupção, etc.) mas é o plágio que justifica aquela adjetivação («académica»).

Mas poderá ser efectiva e inequivocamente classificada como fraude?

Dois elementos que inexoravelmente têm de estar presentes na fraude: é o logro (neste caso o engano do avaliador apresentando como pensamento seu o que não o é) e a intencionalidade. Será que esta está sempre presente?

- Não será como “um amigo meu, historiador da ciência, costuma dizer que *seja qual for* a informação que se procure, ela já existe e está teoricamente acessível em qualquer lado. O formidável problema prático é saber *onde* encontrá-la”? Não é o que Hawking defende no seu famoso título “Os Génios da Ciência:

sobre os Ombros dos Gigantes”?

- Não será que o percurso de estudo de qualquer um de nós não é copiar, desde o abecedário à tabuada, desde a utilização do sistema de partida dobrada na contabilidade ao plano contabilístico, das fórmulas matemáticas às afirmações dos grandes filósofos?
- Não será que muitos dos professores fazem exames que exigem que os estudantes tenham decorado o que eles disseram nas aulas ou estão nos apontamentos da aula, na «sebenta»?

De facto, nem sempre há intencionalidade no plágio. A cópia do outro esteve sempre presente no processo de aprendizagem, assumindo-se espontaneamente como tal. Assim acontecendo não há fraude.

O estudante tem de ser informado da incorrecção ética de cometer plágio: fazer o leitor admitir que é seu o que não o é! Explicar-lhe quais as técnicas utilizadas na sua aprendizagem específica — porque certamente será muito diferente num curso de Música, de Pintura, de Matemática ou de Economia — para o evitar.

Há que perceber porque é que o plágio historicamente estimulado pelo plagiado até uma determinada época, hoje pode levar a um processo em tribunal. Eventualmente em resultado de três factores associados: crescente descensagem do comportamento humano da sociedade e focagem no indivíduo, a importância económica e promocional dos direitos de autor e das suas referências por outrem, e o relativismo filosófico — “todo o conhecimento é apenas crença plausível, toda a verdade é só verosímil, toda a certeza é só uma

opinião largamente partilhada. (...) arranjar boas e sólidas justificações racionais para tudo em que se acredita e que se sabe”.

Incluir o combate ao plágio numa estratégia de honestidade do estudante perante os outros (colegas e docentes) contribui certamente para o reforço da ética, esperando que os docentes, pelo exemplo e estratégia de ensino, a reforcem. Acaba também com a angústia de muitos discentes resultante do receio de que o que são conclusões suas já sejam descobertas do mundo científico sem que eles o saibam (o que pode ser detectado cegamente por algum programa informático).

Última observação para que este artigo não seja considerado plágio: todo o texto que está entre aspas é de autor alheio. De quem? Para não aborrecer o leitor digo apenas que são de vários.